

João Daniel Macedo Sá

É advogado e professor concursado da Universidade Federal do Pará (UFPA) desde 2016, onde também realizou seu Mestrado e Doutorado em Direito. Possui, ainda, graduação em Engenharia Ambiental pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Especialização em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental pela Faculdade Oswaldo Cruz de São Paulo. Vem desenvolvendo suas pesquisas nas linhas de Teoria do Direito e Filosofia Política, com enfoque nas áreas de direito civil, direito agrário e direito ambiental.

Algumas coisas são certas ou erradas independente das consequências que produzam. Inverter essa lógica, para buscar vantagem pessoal ou o maior benefício para maior número de pessoas, pode não ser eticamente justificável, e, desse modo, torna referidas ações injustas. É com base nessa premissa inicial que a presente obra se propõe a investigar em que medida um governo deve garantir que alguns bens sejam distribuídos na sociedade de modo que todas as pessoas possam suprir suas necessidades com um nível razoável de recursos materiais.

O enfoque da obra toma como referência a noção de propriedade e investiga se essa noção compreende uma parcela mínima de bens devida a todos. Na sequência dos capítulos, a partir da relação entre os conceitos de propriedade rural, desenvolvimento e pobreza, o texto analisa algumas concepções fundamentais de justiça, dentre as quais destacam-se as ponto em seguida: A primeira, baseada na busca das satisfações humanas e maximização dos resultados. A segunda, que toma como elemento essencial o direito do homem de desfrutar dos frutos do próprio trabalho. E a terceira, que tem enfoque no pressuposto de que todos os indivíduos sejam merecedores de respeito e consideração. Fatalmente, podemos não ser capazes de identificar, sem alguma dose de arbitrariedade, qual das proposições deveria prevalecer.



Visite nossa loja virtual: www.lumenjuris.com.br

João Daniel Macedo Sá

Direito de Propriedade

João Daniel Macedo Sá

Direito de Propriedade

uma análise do papel da propriedade rural no contexto da justiça distributiva

Este livro analisa a relação existente entre o direito de propriedade e o conceito de desenvolvimento, tomando por norte o enfoque da pobreza rural. As análises têm seu foco nas políticas públicas e nos arranjos institucionais brasileiros. Ao final, apresenta uma reformulação do conceito liberal de propriedade, a partir da noção de propriedade-liberdade e da noção de propriedade-dever, propondo nova orientação, baseada na noção de propriedade-capacidade, com foco em liberdades substantivas.



Lumen Juris Direito